

Gros pede mais prazo para o pagamento de US\$ 9 bilhões vencidos

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, anunciou que o Brasil está enviando um telex aos seus 700 credores, solicitando que eles não requeiram o pagamento de US\$ 9,6 bilhões dos vencimentos de 1986, cujo prazo termina no próximo dia 15. O telegrama do presidente do Banco Central pede aos banqueiros que seja mantido o **status quo** até um futuro próximo, quando o Brasil encaminhará uma solicitação de extensão formal deste acordo.

Gros anunciou esta medida durante uma entrevista coletiva concedida à imprensa na sede do Banco do Brasil, em Nova York, ao mesmo tempo que William Rhodes, presidente do Comitê de Assessoramento do Citybank, chairman do Citicorp, distribuiu um comunicado sobre a decisão tomada pelo governo brasileiro, mas acrescentando que o Comitê está disposto a continuar o diálogo com o Brasil. Isto não significa que o Comitê tenha endossado o pedido brasileiro e irá recomendá-lo aos outros credores, como já aconteceu anteriormente. Portanto, não existe ainda uma garantia de que o pedido brasileiro será acatado pelos credores privados.

O presidente do Banco Central ficou reunido cerca de quatro horas com o Comitê Assessor e, segundo ele, nesta reunião foram colocados os planos econômicos brasileiros, mas principalmente as metas de crescimento e as soluções para o País sair do impasse em que se encontra. Segundo relato do representante brasileiro, a princípio pode ter havido uma certa frustração por parte dos banqueiros que esperavam um plano amplamente detalhado, com todas as medidas e políticas econômicas a serem adotadas pelo governo brasileiro. Na verdade, Gros apresentou um livro, "O Financiamento do Desenvolvimento Econômico no Período 1987-1991", que está longe de ser uma "carta de intenções", conforme conduta anterior, mas apenas metas que o governo brasileiro considera necessárias e suficientes para alcançar uma estabilidade econômica.

Para o presidente do Banco Central, o saldo desta sua viagem aos Estados Unidos foi bastante positivo, apesar de todas as notícias veiculadas nos últimos dias tanto pelos jornais brasileiros como pelos norte-americanos, sobre as negociações em geral e principalmente sobre as especulações em torno da permanência ou não do ministro da Fazenda. "Foi bastante constrangedor me sentar numa mesa de negociações com dezenas de banqueiros estrangeiros e ver que cada um deles tinha uma edição do **Wall Street Journal** com a notícia sobre o pedido de substituição de Funaro feito por quatro governadores no Brasil. Muitas pessoas estão usando internamente, por razões políticas, a questão da dívida externa, quando na verdade têm muito pouco a ver com o processo de renegociação", desabafou Francisco Gros, acrescentando ainda que não existe confrontação com os credores, conforme muitos jornais sugeriram, mas apenas algumas divergências. Aliás, muitos banqueiros brasileiros em Nova York consideraram oportunista a atitude destes governadores, principalmente por ocorrer na ausência do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central, colocando-os numa posição já enfraquecida para conversar não só com os bancos privados mas também com as autoridades das instituições financeiras em Washington.

Mesmo assim, Francisco Gros acha que não há dúvidas de que se conseguiu alterar o tratamento do problema da dívida externa, e que atualmente há um consenso da necessidade do crescimento das economias endividadas. E que, independente da permanência deste Ministério, as negociações da dívida não voltarão mais ao ponto onde os governos endividados se reuniam com burocratas das agências internacionais e lhes colocavam as diretrizes da política econômica interna para serem analisadas e posteriormente aprovadas ou rejeitadas.

Francisco Gros enfatizou ainda que, apesar de a situação ser difícil, o governo brasileiro está conduzindo um processo de negociações, cuja somatória de pequenos fatores está levando a alguns progressos, entre eles, a renovação de linhas interbancárias e mesmo as reuniões mantidas com os governos de outros países, com credores privados e instituições financeiras como Banco Mundial. "Neste momento, o ponto básico é que se reconheça que o problema da dívida não é exclusivamente do Brasil, e que qualquer solução para este problema deve implicar no crescimento da nossa economia e na retomada de investimentos", concluiu. Gros embarcou ainda na noite de ontem de volta ao Brasil.

Eliane Gamal, de Nova York

Procuradoria exige apuração do escândalo Sisal

O Banco Central recebeu ontem um telex, em termos duros, do procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Perence, exigindo o desarquivamento do processo envolvendo a Sisal Imobiliária Santo Afonso S/A e o Banco de Desenvolvimento do Rio de Janeiro (BD-Rio). O despacho da procuradoria, subscrito pelo procurador-adjunto Cláudio Fonteles, foi acompanhado de uma ameaça velada segundo a qual se o BC não desarquivasse o escândalo, "alguém ia ser preso".

Já às 17 horas, um funcionário do Banco Central atendia à exigência de Sepúlveda, retirando do arquivo um volume de sete processos, pesando cerca de dez quilos. O Departamento Jurídico do BC considerou o telex da procuradoria "esdrúxulo", porque nele o Ministério Público pedia à instituição que "fosse aberto um inquérito para apurar" as razões do atraso do desarquivamento. O escândalo envolve nada menos que o filho do ex-presidente Tancredo Neves, Tancredo Augusto Tolentino Neves; o ex-prefeito do Rio, Israel Klabin; o filho do general Octavio Costa, Danilo Octavio Costa; e o atual presidente do Clube de Engenharia, Matheus Schneider — que integravam o Comitê de Crédito do BD-Rio, em 1982, quando foi decidida a liberação do financiamento para a Sisal, na época, de 905 milhões de cruzeiros.

Outro implicado no caso é o ex-diretor de fiscalização do Banco Central, Iran Siqueira, que ocupou o cargo entre 1984 e 1985. Ele mandou arquivar a conclusão da sindicância realizada no BD-Rio pelos seus subordinados, ao invés de mandar punir os responsáveis.

O Departamento Jurídico do Banco Central explicou que o escândalo somente não foi desarquivado antes em virtude do artigo 38 da lei 4:595/64, que zela pelo sigilo bancário. Tal lei diz que o sigilo somente pode ser revelado por mandado da Justiça ou por solicitação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), desde que aprovada no plenário do Senado ou da Câmara, por maioria absoluta. Ocorre que a Procuradoria-Geral da República, nos termos legais, integra o poder Executivo. A Procuradoria da República, no Rio, havia solicitado vistas do processo ED-Rio/Sisal em abril de 1986, e o Banco Central não atendeu.